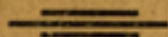


Arnon de Mello
(Governador de Alagoas)

RESPOSTA
À
CALÚNIA



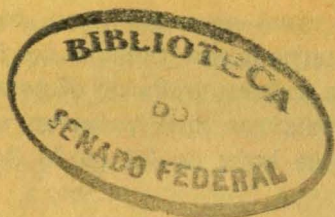
Maceió - Alagoas

Arnon de Mello
(Governador de Alagoas)

RESPOSTA À CALÚNIA



Maceió - Alagoas



RESPOSTA À CALÚNIA

"A cólera do meu acusador não demonstra apenas a maldade do seu coração, tão bem conhecida do povo alagoano"

«Comprova sobretudo que acertei no ponto mais doloroso da sua sensibilidade porque servi a Alagoas, antes por êle tão humilhada e sempre mantida em atrazo»

Maceió, 3 de fevereiro de 1955

Exmo. Sr.

SENADOR RUI PALMEIRA

Rio

Sòmente agora tive conhecimento do discurso pronunciado da alta tribuna do Senado, a 25 de janeiro último, pelo ex-Senador Ismar de Góis Monteiro, no qual me são dirigidas acusações puerís e insubsistentes, que me animo ainda assim a responder para mais uma vez destacar a que fica sujeito um homem público por servir à sua terra. Antes, porém, desejo recordar que em 1950 e 1951, candidato ao Governo de Alagoas e depois de eleito Governador, fui igualmente vítima dos ataques mais violentos por parte de um outro ex-Senador, irmão do que hoje tanto se extrema em agredir-me. E foi exata-

mente o meu atual acusador quem me defendeu, em discurso também pronunciado da tribuna do Senado, a 22 de janeiro de 1951, quase no mesmo dia do dêste ano, e do qual transcrevo as seguintes palavras, que poderiam ser ditas em relação ao meu agressor de hoje, de tal modo êle repete o meu agressor de ontem:

“Sr. Presidente, peço desculpas, mas afastei-me do ponto principal dêste meu discurso. Diz êle respeito a uma leviana acusação, COMO LEVIANAS SÃO TÔDAS AS ACUSAÇÕES, POR ÓDIO OU POR DESPEITO — NÃO, NÃO, POR DOENÇA — AO GOVERNADOR ELEITO DAS ALAGOAS, DOUTOR ARNON DE MELLO. Não trago um repto. HOMENS DIGNOS COMO ARNON DE MELLO, Melo Mota e outros também já o fizeram, e foram considerados como abusivos, ousados e audaciosos.”

“Não vale a pena insistir, mas esclareço o fato, DESMASCARO MAIS UMA VEZ A ACUSAÇÃO. Já certa vez outras acusações foram feitas, ao mesmo Dr. Arnon de Mello, que teve a ousadia de ser eleito governador de Alagoas. AS ACUSAÇÕES FORAM REBATIDAS, ESMAGADORAMENTE, PELO ACUSADO, com ampla divulgação na imprensa do país.

Agora, surge outra. Os jornais já a publicaram.”

“O DR. ARNON, ELEITO, NÃO DORMIU SÔBRE OS LOUROS DA VITÓRIA; PROCUROU, LOGO, TRABALHAR PELO ENGRANDECIMENTO E O PROGRESSO DA TERRA. VIAJOU AOS ESTADOS UNIDOS.”

“Mas, não é tudo, Sr. Presidente! O acusador declarou, levianamente, por ódio ou doença, que o Sr. Arnon de Mello estivera em Kansas e se entendera com R. T. Mason. De prová-lo não é capaz. A Nação bem saberá julgar. ESTOU CERTO DE QUE TODOS OS SENADORES, MENOS UM, QUE CONHECEM ARNON DE MELLO, O TEM A CONTA DE...”

O Sr. Joaquim Pires — Homem de bem e digno.

O Sr. Ismar de Góis — ... CIDADÃO HONESTO E DIGNO.

Todavia, se o acusador não pode apresentar provas, eu

ofereço o testemunho de um homem reconhecidamente digno — o Dr. Milton Campos, Governador de Minas Gerais — PARA DEMONSTRAR ATÉ ONDE VÃO O ÓDIO E O DESPEITO.”

«QUE ÊSTE EPISÓDIO SIRVA DE LIÇÃO! Sr. Presidente, a acusação cai, assim, por terra. NÃO SERIA NECESSÁRIO DESTRUI-LA, ANTE TODOS AQUELES QUE CONHECEM ARNON DE MELLO.

Sr. Presidente, sempre, e agora mais do que nunca, desejamos a paz; queremos que Alagoas trabalhe e progrida, esquecida dêste triste quatriênio. Desejo que outros esqueçam Alagoas e a nós, como Alagoas já os repudiou e nós os esquecemos.”

RAZÕES DO ROMPIMENTO

Como refiro a defesa que a êsse tempo fez de minha pessoa o meu atual acusador, cumpre esclarecer a sem-razão do seu rompimento comigo. Desde que ascendi ao Poder, empenhei-me sempre em manter unidas em tórno do meu Govêrno as fôrças que me apoiaram em 1950. Não se ajustando à orientação que, por um imperativo de consciência, me tracei, já em começos de 1952 o ex-Senador Ismar me surpreendia com ataques em entrevista à imprensa carioca, ataques renovados depois num crescendo de virulência. Mesmo assim a UDN, sob a minha presidência, decidiu em reunião de seu Diretório, realizada em agosto de 1953, manter com o PSD, para 1954, o acôrdo de 1950, graças ao qual o meu acusador seria candidato ao Senado pelos dois Partidos. Recusou, porém, a proposta o ex-Senador Ismar, convencido de que a UDN e o meu Govêrno estavam perdidos, e êle era uma bandeira de vitória, e conduziu o PSD à oposição. Com tal atitude, o Partido perdeu imediatamente seus líderes de maior prestígio, como, entre outros, o deputado federal José Maria, o deputado estadual Oséas Cardoso, o prefeito José Pimentel e o dr. Antônio Mário Mafra, que, testemunhas da correção da minha conduta, não puderam acompanhar o meu acusador na sua atitude injustificada.

ELEITORADO INCONFORMADO

Enumero as acusações do ex-Senador mais merecedoras de atenção, para respondê-las com a mesma serenidade com que respondi as que me foram feitas em 1950 e 1951, não somente porque é êsse o meu feitio, como também para não dar ao agressor o argumento da compensação de injúria.

Ex-Senador — “Lá em meu Estado, esclarecendo ao eleitorado surpreso e inconformado, expliquei em entrevista as causas que influíram em tal resultado.”

Resposta — As manifestações que tenho recebido do povo alagoano, de tôdas as classes sociais, bem demonstram a alegria do povo pela decisão das urnas. E por que inconformado? Por que Maceió tem água em seus bairros pobres e vai em breve ter saneamento? Por que Alagoas tem novas estradas construídas ou reconstruídas e vai, dentro em breve, inaugurar cem quilômetros de rodovias asfaltadas? Por que o meu Govêrno, além de executar uma obra administrativa que assegura o progresso de Alagoas, instaurou em nossa terra um clima de liberdade e tranqüilidade que substituiu o tórno regime de agitações e truculências aqui vigente até 1951?

ELEIÇÕES LIVRES E HONESTAS

Ex-Senador — “Lá em Alagoas e nesta Capital, o Sr. Arnon de Mello, Governador do Estado e Presidente da UDN, secção alagoana, enche o noticiário dos jornais, procurando fazer crer que as eleições foram livres e honestas”.

Resposta — Não me é possível, por temperamento e formação, responder no mesmo tom de linguagem ao acusador, cujas expressões mais grosseiras deixo de transcrever. Confirmo, entretanto, que as eleições foram livres e honestas. Destaco, como prova disso, que não foi apresentada à Justiça Eleitoral qualquer reclamação contra a validade do pleito, e durante grande parte da apuração os meus adversários contavam com a vitória como certa. Tomei, aliás, tôdas as providências a fim de assegurar a mais ampla liberdade de propa-

ganda e de voto, tanto que nenhum comício oposicionista foi perturbado, nenhum incidente se verificou no dia do pleito, e a única urna anulada no Estado o foi, não por arguição de violência, mas por um equívoco do mesário que redigiu a ata. Extremando-me nessa determinação, suspendi, três meses antes das eleições, tôdas as nomeações de funcionários, com o que demonstrei, a par da minha decisão de reduzir as despesas do Tesouro para melhorar a situação orçamentária, a minha preocupação de não comprar votos com empregos públicos. E se não os comprei, muito menos os paguei, visto que, depois de outubro, não tornei sem efeito a providência, antes a renovei para êste ano, e já hoje disponho de cerca de quatrocentas vagas no quadro do funcionalismo público, as quais, por medida de economia, não tenciono preencher. À aproximação do pleito, a fim de que os meus adversários não alegassem que o seu resultado, se desfavorável a êles, fôra devido à coação da Polícia Estadual, coloquei tôda ela a serviço da Justiça Eleitoral, e a esta afirmei a minha disposição de substituir as autoridades policiais que os juizes considerassem sem serenidade para a função. Todos os delegados que o Tribunal, atendendo a solicitações de meus adversários, me pediu que demitisse — e o fêz até três dias antes do pleito — eu demiti. E fui mais longe: declarei ao Presidente do Tribunal Eleitoral, e nesse sentido me comuniquei por telegrama com o Sr. Ministro da Justiça, que veria com a maior satisfação a presença da tropa federal, tão desejada pelos meus adversários, nos diversos municípios do Estado, para que o Exército Nacional testemunhasse a correção com que, presidindo as eleições, se conduziria o meu Governo.

E o meu acusador agiu assim, quando no Poder, até 1945?

PERSEGUIÇÕES

Ex-Senador — “Como fazer esquecer as perseguições nos municípios oposicionistas, o tiroteio em Arapiraca, onde foi ferido o Deputado Claudenor Lima e seu irmão, e os demais fatos sangrentos, em que foram assassinados o “beato” Fran-

ciscano, o sr. Joaquim Rezende, Delegado de Polícia de Pão de Açúcar, onde a felonía do Sr. Arnon se fez sentir criminosamente, lançando um amigo contra o outro; e o trucidamento, por dois soldados de polícia, do chefe político de Coruripe, sr. João Beltrão, um ancião de 72 anos, tombado valorosamente, reagindo e matando também um dos agressores, tudo isso no período de dois meses, antes das eleições?"

Resposta — Não tinha conhecimento de que os três municípios citados eram oposicionistas, pois em todos êles as forças que me apoiam dispõem de excepcional prestígio. As acusações feitas são insubsistentes. Em Arapiraca, o deputado Claudenor Lima agrediu e feriu a bala dois soldados, que levavam um prêso, e, ajudado por seu pai, irmão e capangas, tiroteou ainda o Quartel da Polícia e a casa de residência de um líder udenista local. Insuspeito, o Juiz da Comarca decretou a prisão preventiva do pai, do irmão e dos capangas do deputado, e pediu licença à Assembléia Legislativa para processar êste. Atribui-se a atitude do deputado à orientação do ex-Senador Ismar de Gois Monteiro, que, em discurso pronunciado no Senado a 13 de outubro de 1953, aconselhou seus amigos a tratarem a bala os agentes do meu Govêrno.

Quanto ao "beato" Franciscano, por sinal meu decidido defensor, pois me homenageava em todos os seus discursos, foi realmente assassinado, mas o povo alagoano sabe da firme e enérgica atitude do meu Govêrno no caso. A Polícia esclareceu o crime, e os indigitados criminosos estão presos ou foragidos, com mandado de prisão preventiva.

O sr. Joaquim Rezende, udenista de 1945, era a grande figura de Pão de Açúcar, diria mesmo da zona sanfranciscana. Homem sereno, estimado pelo povo, aumentava dia a dia o seu prestígio. O correligionário do ex-Senador Ismar, sr. Elísio Maia, prefeito do município, não via com bons olhos o crescimento do prestígio do grande líder udenista. E uma tarde, em que o sr. Joaquim Rezende fôra assistir com o Juiz da Comarca à distribuição de títulos eleitorais num distrito de Pão de Açúcar, aí o agrediu inopinadamente com palavras grosseiras. Joaquim declarou-lhe calmamente que

não desejava brigar, e foi andando, quando recebeu, pelas costas, vários tiros e ainda, depois de morto, uma facada no ventre, os tiros pertidos de Elísio e um irmão, e a facada desfechada por um sobrinho dêles. Todos logo se evadiram, e o sobrinho de Elísio já foi prêso na Bahia por haver cometido novo homicídio. O caso do Sr. João Beltrão decorreu de um desentendimento entre êle e um soldado de polícia, que também tombou morto na luta.

VIOLÊNCIAS

Os fatos citados pelo ex-Senador Ismar não comprovam suas acusações de violência por parte do Governo. Muito pelo contrário. Vê-se através dêles que dois soldados foram feridos a bala e um outro morto por correligionários do ex-Senador; que o chefe udenista de Pão de Açúcar foi assassinado por três outros correligionários do ex-Senador, os quais se evadiram; e que o assassinio do "beato" Franciscano, amigo do meu Governo, foi devidamente esclarecido.

Enquanto isso, enquanto não se comprovam violências praticadas no meu Governo, podem-se citar, em quantidade, as que se verificaram no Governo do ex-Senador. Basta, no entanto, relembrar apenas algumas: a bárbara surra, sem qualquer motivo, em alto comerciante de Maceió; a prisão dos diretores da Associação Comercial e de figuras de relêvo da sociedade alagoana, às quais a Polícia mandou cavar valas do Serviço de Malária; a violenta ameaça ao ex-Governador Alvaro Pais, que se viu forçado por isso a abandonar Alagoas; a agressão em Palácio, onde fôra intimado a ir, ao jornalista Lima Junior, unicamente porque o ex-Senador, então interventor, ouvira dizer que êsse illustre alagoano em conversa a êle se referira sem maior aprêço. A lista seria grande de mais. Cumpre fixar apenas que tudo isso se verificou sem que houvesse ao tempo nem imprensa livre nem Poder Legislativo funcionando, o que nos conduz a imaginar quanto de pior não faria o ex-Senador se o importunassem êsses órgãos do sistema democrático.

Equivoca-se, realmente, o meu acusador ao afirmar que houve nestes quatro anos coação ou violência em Alagoas. Violência houve antes, e contra o próprio ex-Senador, que, em novembro de 1945, a poucos dias das eleições presidenciais, entrou em luta corporal com um popular, em Major Izidoro, em plena feira, onde por sinal caiu ao solo, — e se achava na Interventoria do Estado um irmão amigo dêle. Violência houve na campanha eleitoral de 1950, quando o meu acusador foi em Mata Grande ferido, a bala, pelos correligionários de um seu outro mano, então Governador. Dêsse fato, aliás, teve o país amplo conhecimento através das fotografias divulgadas pela revista "O Cruzeiro", em que aparece o ex-Senador exibindo as partes feridas.

Agora, no entanto, estando no Govêrno quem não é irmão nem parente do senhor Ismar, fez êle a campanha eleitoral como quiz, excedendo-se na injúria e na calúnia, esmerando-se nas mais extravagantes atitudes, a ponto de uma tarde, muito excitado, sair de jeep, com alto falante, e de microfone e metralhadora á mão, pela rua principal de Maceió, a insultar o Governador e juizes do Tribunal Eleitoral. E nada lhe sucedeu, nem um arranhão sofreu, êle como o seu irmão ex-Governador Silvestre Péricles, que igualmente participou da campanha eleitoral.

Onde, pois, a violência, se o meu Govêrno garantiu o ex-Senador Ismar, o que não fizeram ou não puderam fazer os seus próprios irmãos, quando no Govêrno de Alagoas?

LADRÕES

Ex-Senador — "Já o Padre Antônio Vieira dizia, em carta, irônica e pitorescamente, na linguagem toda sua, que, enquanto os pequenos ladrões ganham o castigo das galés, os grandes ladrões ganham o prêmio do Poder."

Resposta — Não concordo com o padre Vieira. Pelo menos o ex-Senador foi interventor de Alagoas, por cinco anos, esteve, assim, nas culminâncias do Poder, e não pode considerar que só os grandes ladrões ganham o prêmio do Poder.

E' verdade que, no seu Govêrno, foi construído em 1945, por Cr\$ 131.646,00 (importância bem elevada para a época), um pôsto de higiene em Penedo, registrado na Contadoria Geral do Estado como perfeito e acabado, e até agora não se descobriu onde se acha êsse pôsto. Não me aventuro a acusá-lo por isso. Cito apenas o fato para frisar que coisa semelhante não se verificou no meu Govêrno, apesar de considerado desonesto pelo meu acusador.

Quanto à calúnia, aguardo o pronunciamento do ex-Senador perante a Justiça, à qual deve apresentar provas das suas acusações.

HONESTIDADE

Julga-se o ex-Senador Ismar excessivamente honesto, mas, para ser-se honesto, é preciso também que se saiba reconhecer e respeitar a honestidade alheia. Tendo durante quase um quarto de século vivido no Rio, onde cheguei com dezoito anos de idade, e onde exerci minha atividade, primeiro, na imprensa, como repórter político, e depois no comércio, não me poluí nem me degradei: construí, ao contrário, um nome honrado, de que deu testemunho o próprio ex-Senador Ismar, em discurso pronunciado no Senado em 22 de Janeiro de 1951, alguns de cujos trechos aqui já transcrevi. Como, então, agora, com 43 anos, com cinco filhos, iria eu, sem necessidade, manchar meu nome no Govêrno de Alagoas, apropriando-me de dinheiro alheio?

O ex-Senador não cita fatos para basear suas graves acusações. No entanto, fez o meu Govêrno até agora contratos de obras públicas no total de cêrca de quatrocentos milhões de cruzeiros, e lhe seria fácil incriminar-me nêsse setor, houvesse eu agido mal.

Tenho, por sinal, tomado a êsse respeito atitudes que até podem provocar surpresa. Jamais, por exemplo, recebi um presente, no Govêrno ou fora dêle, por serviços prestados a quem quer que fosse. A um amigo de Alagoas, que me oferecera, pelo prêço de custo, um automovel, porque, em 1949, eu

lhe obtivera uma licença de importação, respondi que não necessitava de carro novo. Logo ao assumir o Governo, em 1951, recusei um automovel último modelo que me era oferecido em troca de um, do ano anterior, que eu utilizara na campanha eleitoral. Deixei também de aceitar, como presente, um terreno de 70x90, em bairro dos mais valorizados de nossa capital, apesar do ofertante já haver mandado lavrar a escritura em cartório de Maceió. E atitude semelhante tive eu em outros casos da mesma natureza.

Será que o meu acusador pode dizer o mesmo?

TESOURO ABERTO AOS AMIGOS

Ex-Senador — “Como declarei ontem, depois das eleições, procurado por jornalistas de minha terra, dei duas entrevistas sobre o pleito: uma, ao “Diário de Alagoas”, e outra ao “Jornal de Alagoas”, onde declarei, entre outras coisas:

“O Tesouro do Estado, como se fôsse propriedade do Sr. Arnon de Mello, estava aberta para muitos dos Partidos situacionistas e para êle próprio.”

Resposta — A 16 de outubro de 1954, dia seguinte ao da publicação da entrevista, a “Gazeta de Alagoas”, órgão que apoia o meu Governo, publicou, em grande destaque, uma nota convidando o ex-Senador “a fazer prova dessa acusação infamante”.

Calou-se o ex-Senador, porque não pude tomar como resposta sua a nota sem assinatura que o jornal oposicionista publicou cinco dias depois. E então, a 23 de outubro de 1954, o Sr. Secretário da Fazenda divulgou pelo “Diário Oficial”, pela “Gazeta de Alagoas” e pela Rádio Difusora o seguinte:

“Em face de declarações publicadas na imprensa desta capital, de que o Tesouro do Estado teria ficado “aberto para o financiamento da campanha eleitoral da situação”, a Secretaria da Fazenda e da Produção torna público que a escrituração da Contadoria e da Pagadoria do Estado se acha á disposição de quem deseje examiná-la pelos meios legais.”

Não se pronunciou a respeito o ex-senador Ismar de Góis Monteiro, e agora volta á acusação.

DUAS AFIRMAÇÕES DESMENTIDAS

Na sua entrevista ao "Diário de Alagoas", o ex-Senador fez duas outras afirmações logo contestadas pelas pessoas nelas referidas.

A primeira citava uma "ostentação de poderio ilegal e arbitrário do Govêrno", promovida pelo deputado Siloé Tavares no município de Santana do Ipanema. A isso respondeu assim o deputado Siloé, em entrevista à "Gazeta de Alagoas" de 21 de outubro de 1954:

"Devo manifestar minha maior repulsa ao conteúdo da entrevista do Senador. Como representante do povo, antes de membro de um Partido, quero reafirmar, embora reconheça ser isso desnecessário, que tudo o que foi dito pelo Sr. Ismar peca pela inverdade. Vale a pena lembrar aqui o depoimento do Juiz Eleitoral e das Fôrças do Exército, que declararam haver a eleição transcorrido num ambiente da mais completa ordem e liberdade."

A segunda afirmativa do ex-Senador é a seguinte:

"O Governador do Estado, em pessoa, visitava as indústrias do município de Atalaia, ameaçando, e depois mandava distribuir dinheiro ao operariado da Usina Uruba pelo seu Ajudante de Ordens, pensando poder comprar a consciência do bravo operariado atalaiense."

Essa afirmação, repetida no discurso agora pronunciado no Senado, já fôra, no entanto, também contestada através da seguinte nota que a Diretoria da Usina Uruba fez publicar nos jornais de Maceió, de 20 de outubro de 1954:

«A propósito da entrevista do Senhor Ismar de Góis Monteiro, concedida ao "Diário de Alagoas"

e publicada na edição de sexta-feira, 15 do corrente, daquele órgão da imprensa, na qual S. Excia. declara que o Governador Arnon de Mello, visitando as indústrias do município de Atalaia, nas vespertas das eleições, as ameaçava, a Diretoria da Cia. Açucareira Usina Uruba cumpre o dever de declarar de público que, na parte referente à visita feita pelo Chefe do Executivo alagoano à citada Usina, não correspondem à verdade as informações levadas àquele ilustre parlamentar.

A última visita que o Sr. Governador do Estado teve oportunidade de fazer à Usina Uruba decorreu na mais ampla e recíproca cordialidade, como acontece sempre que S. Excia. nos honra com a sua visita.

a) José Maurício Gondim — Diretor Técnico.
Francisco Carlos de A. Pedrosa — Diretor Secretário.”

O ELEITOR

Justifica da maneira seguinte o ex-Senador a derrota eleitoral da oposição em Alagoas:

“O eleitor vota como se pagasse um tributo e obedecendo ao mais poderoso. O que êle vê e sente é o soldado ou o cabo de polícia coagindo e ameaçando antes das eleições, e, no dia do pleito, os “homens do Govêrno”, numa faina infernal, exigindo que vote nos “candidatos do Govêrno”. E assim, cansado, tímido, amedrontado, toma o envelope com a chapa que lhe é entregue, acompanhada, ainda, de instruções e ameaças, e vota, sem olhar, sem ler, sem saber mesmo em quem votou. Não pode sequer se aconselhar com os amigos e compadres mais esclarecidos, como geralmente faz, quando as eleições se dizem livres.”

Resposta — Se em 1945, ao eger-se Senador o meu detraitor, ainda com a máquina da Ditadura bem montada e azeitada, tal se verificou em Alagoas, já em 1950 o nosso eleito-

rado provou sua independência, pois, coagido e ameaçado pelo Governo mais violento que ainda conhecemos, votou em massa no meu nome como candidato opositor ao Governo do Estado. O povo alagoano já demonstrou, portanto, que sabe votar. Votou em 1950 contra o Governo tirânico. Apoiou coerentemente, em 1954, o meu Governo, que correspondeu às suas esperanças e foi fiel à sua confiança, e não somente para manifestar seu reconhecimento pelos serviços prestados mas sobretudo para evitar a volta ao passado que o meu acusador exprime.

E' indesculpável, ademais, atribuir ao eleitorado alagoano grau de incultura que êle já superou.

"TODO O POTENCIAL DO ESTADO"

E' ainda da entrevista do "Diário de Alagoas" a seguinte afirmação do ex-Senador:

"O Governador lançava contra nós todo o potencial do Estado, material, coercitivo e econômico."

Resposta — Admitindo-se, para argumentar, houvesse eu lançado contra a oposição "todo o potencial do Estado", por que êsse potencial só funcionou contra o ex-Senador e não contra correligionários seus que, candidatos a outros postos, obtiveram votação bem maior do que a de 1950? E se o "potencial do Estado" influi tanto na eleição, por que não influiu na de 1950, quando o Sr. Silvestre foi tão fragorosamente derrotado, perdendo em Maceió por 16.000 votos, dados a mim, contra 3.000, obtidos pelo seu candidato ao Governo? Culpe de sua derrota o ex-Senador a êle próprio, que não soube conquistar as simpatias populares, e cujos erros de chefia tanto prejudicaram à oposição

MUNICÍPIOS GRANDES E PEQUENOS

Ex-Senador — "Vencemos em quase todos os grandes municípios do Estado, onde aquela resistência a que nos referimos ainda se tornou possível graças a um eleitorado mais

compreensivo. Mas, sempre que tínhamos de enfrentar um município pequeno, com honrosas exceções, não havia como fugir a uma derrota desproporcional.»

Resposta — Ainda aí se equivoca o ex-Senador. Os municípios de Alagoas de maior população, de mais de 35.000 habitantes, são, afora Maceió, — Palmeira dos Índios, União dos Palmares, Viçosa, Anadia, Arapiraca, Mata Grande e Santana do Ipanema. As forças governistas venceram, para Senador, nos cinco primeiros por 5.413 votos, e perderam nos dois últimos por 911 votos.

A VITÓRIA EM MACEIÓ

O maior município do Estado é Maceió, a capital, onde todos os Governos são vencidos. Mas em Maceió a nossa vitória foi impressionante. No bairro de pescadores do Pontal da Barra, o candidato mais sufragado a Senador, pela oposição, o mesmo que hoje me ataca, obteve dezoito votos apenas, enquanto o Senador udenista menos votado obteve cento e quinze votos. Vencemos nas urnas do Colégio Guido, na zona rica do bairro do Farol, como vencemos por uma diferença de mais de sessenta votos na urna especial do Colégio Estadual onde se votou até oito horas da manhã do dia 4 de outubro, o povo passando a noite em claro para dar seu apóio ao Governo. Vencemos em pequenos como em grandes municípios, vencemos em municípios que os oposicionistas consideravam redutos inexpugnáveis seus, como Arapiraca. Em Feira Grande, êles não alcançaram mais de quarenta e oito votos; em Piranhas, cem votos; em Paulo Jacinto, cento e tantos. E em Olho d'Água das Flores, em eleição suplementar da única urna anulada no Estado, — e anulada, por simples equivoco do mesário que redigiu a ata — o candidato oposicionista a Prefeito só alcançou quatro votos contra cento e trinta e nove dados ao nosso candidato. Dos oito Partidos que enfrentámos, apenas três fizeram quociente para deputados estaduais; quatro ape-

nas fizeram quociente para vereadores de Maceió, e quatro fizeram, cada qual, um deputado federal. O PSD, que antes chegou a possuir três senadores e seis deputados federais, está hoje reduzido a nenhum senador e apenas a um deputado federal. São fatos êstes já noticiados pela imprensa do Estado e do país, mas cumpre realçá-los para fixar a que extremo de desprestígio chegaram entre nós, pelos seus erros, os opositoristas. A nossa vitória foi, realmente, ampla e excepcional, conquistada, não há dúvida, em clima de inteira liberdade, diria melhor, de desatinados abusos por parte dos meus adversários, que se afogaram agora na liberdade, como antes, quando no Poder, se haviam afogado na violência. Vitória muito maior que a de 1950, pois exprimiu o julgamento de minha obra de Govêrno quando a de 1950 significou as esperanças do povo no candidato, e a condenação de um domínio tirânico. Em 1950 elegemos apenas quinze deputados estaduais e a maioria de algumas Câmaras de Vereadores. Agora, bem diferente é a situação. Apesar do clima anti-Poder que se instaurou no Brasil desde 1950, quando quase todos os Govêrnos foram derrotados; apesar das explorações com o suicídio do Presidente Vargas; apesar de no Brasil somente sete Govêrnos haverem vencido o pleito de 1954, — os de Minas Gerais, Goiás, Estado do Rio, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Maranhão — e ainda assim a maioria dêles vencendo apenas parte das eleições e em coligação com o PTB ou com o PSP, PR e outros Partidos ou suas dissidências; apesar de em Alagoas lutarem contra nós oito Partidos — o PSD, PTB, PSP, PR, PDC, PST, PSB e PRP (os opositoristas se esmeraram em colecionar letras do alfabeto) — a vitória do meu Govêrno foi espetacular, estendeu-se a todas as eleições: fizemos os dois senadores udenistas, cinco dos nove deputados federais, vinte e um dos trinta e cinco deputados estaduais, todos os prefeitos dos municípios recém-criados, a quase totalidade das Câmaras de Vereadores, sendo que, em certos municípios, a oposição não fez um único vereador, ou fez apenas um, como no caso de Feira Grande e Piranhas.

REPULSA DO POVO

Ex-Senador — “Contávamos, porém, e ainda, com a opinião pública que manifestava inequivocamente a sua repulsa e o seu repúdio a êsse Govêrno que foge a qualquer qualificativo.”

Resposta — Todas as acusações contra mim formuladas da alta tribuna do Senado, o Senador vencido as fez aqui em comícios, multiplicadas por cem ou mil, e no seu linguajar próprio. O povo ouviu tudo, atentamente, e nas urnas não reelegueu o ex-Senador. Quem foi repudiado pelo povo? O meu Govêrno, cujos correligionários receberam tão grande maioria dos votos populares?

O POVO VOTOU LIVREMENTE

Ex-Senador — “Mais adiante, teremos oportunidade, ainda, de analisar êsse pleito vergonhoso, município por município, inclusive Maceió — onde o povo queria votar e não podia.”

Resposta — Às afirmações do ex-Senador, eu anteponho o pronunciamento do próprio órgão oposicionista, que, em seu número de 5 de outubro, imaginando ainda que meus adversários seriam vitoriosos, afirmava haverem as eleições decorrido em liberdade. Os juízes eleitorais, em telegrama ao Presidente do Tribunal Regional, declararam que o pleito se realizara em ambiente de paz e segurança. Alguns juizes chegaram a elogiar a Polícia do Estado e a dispensar a tropa do Exército, por desnecessária.

Como pode o ex-Senador Ismar arriscar-se a afirmação tão temerária?

PROPAGANDA

Ex-Senador — “Por exemplo, o Sr. Governador poderá responder se as muitas dezenas de jeeps, caminhonetes e caminhões que derramou em catadupa na campanha eleitoral,

são de sua propriedade ou de seu partido político? Se a gasolina e o lubrificante consumido foram comprados com o seu dinheiro? E as centenas e centenas de milhares de cruzeiros, gastos numa verdadeira orgia de propaganda eleitoral, saíram dos cofres da UDN ou do seu próprio bolso? Evidentemente não. O Tesouro do Estado pagou e vai pagar, ainda, tudo isso, com a apresentação de despesas fictícias. E' uma verdade que está na consciência pública."

Resposta — Quanto aos veículos foram numerosos os agricultores alagoanos amigos ou adversários do meu Governo que os adquiriram do Ministério da Agricultura. E' natural que tais jeeps, servindo aos seus proprietários, servissem ao Governo ou à oposição. Extranha ainda o ex-Senador a propaganda feita pelas forças políticas que me apoiam, mas ela demonstra que não quizemos vencer o pleito pela violência, como antes o fizera o meu acusador, mas pela persuasão. Sobre despesas fictícias, não sei do que se trata. Mas em que pese a experiência do ex-Senador, que foi interventor de Alagoas por cinco anos, e o era ainda em 1945, posso assegurar que no meu Governo não pagou o Estado qualquer gasto eleitoral. Se em outros períodos o Tesouro pagou despesas fictícias, e se isso poderia ser "uma verdade que está na consciência pública" — no meu Governo tal não se verificou nem se verificará jamais.

ERA POBRE

Ex-Senador — "Ainda outra coisa: tornar-se-ia de todo necessário, para uma nova espécie de prova conclusiva, que o Sr. Arnon mandasse publicar no "Diário Oficial", como é de lei e honesto e como o fizeram (sic) o Governador Silvestre Péricles e eu próprio, as relações dos seus bens, quando assumiu o Governo e atualmente. Posso garantir que o povo alagoano gostaria de saber imensamente que o seu Governador, que se dizia, no tempo do Dr. Getulio Vargas, amigo dos pobres e dos humildes, estava bem longe de ser aquele milionário que, com certos propósitos, apregoava, e está hoje mais pobre do que quando assumiu o Governo."

Resposta — Convida-me o ex-Senador, por sinal que em mau português, a fazer declaração de bens, “como é de lei e honesto e como o fizeram (sic) o Governador Silvestre Péricles e eu próprio” (atente-se como o sr. Silvestre lhe serve de modelo). Não sabia que era “de lei” fazer declaração de bens antes de assumir o Govêrno, como não sabia que, para ser-se honesto, fôsse preciso tomar tal providência. Dentro dêsse ponto de vista, desonestos seriam quase todos os homens públicos alagoanos ou brasileiros que hajam passado pelo Govêrno, visto que são raros os que têm feito declaração de bens. Para bem provar honestidade, aliás, não bastaria fazer declaração de bens antes de assumir o Govêrno, mas também depois de deixar o Govêrno, o que, segundo me consta, não fez o meu agressor, nem eu lhe peço que assim proceda, porque não o acusei de deshonesto.

Jamais apregoei ser milionário. Quem disse, para agredir-me, que eu era milionário, foi o General Góis Monteiro em discurso pronunciado no Senado a 21 de setembro de 1950, durante a campanha eleitoral, e nestes têrmos:

“Hoje é riquíssimo, graças às munificências e facilidades do malfadado Estado Novo.”

Em carta dirigida ao Senador Hamilton Nogueira, a êsse tempo líder da bancada da UDN no Senado, assim respondi ao General:

“Não sou “riquíssimo”, como afirma o General Góis, nem o que consegui ganhar devo “às munificências e facilidades do Estado Novo”, com o qual jamais tive qualquer ligação. Sou hoje, depois de muito trabalhar, um homem remediado, que decidiu empregar o resto da sua vida exclusivamente ao serviço de Alagoas e do Brasil, sem qualquer outra preocupação que a de ser-lhe util.”

OS BENS QUE POSSUE

Quase todos os bens que hoje possuo foram adquiridos

antes de eu haver assumido o Govêrno de Alagoas. Os bens que adquiri depois disso são os seguintes:

1) — Em 20 de setembro de 1951, terreno medindo 70x200, à Avenida Fernandes Lima, próximo ao Hospital dos Usineiros, em Maceió, adquirido de Alvaro Maurício de Amorim, por Cr\$ 80.000,00 (cartório Manoel Eustáquio Filho).

2) — Em 25 de fevereiro de 1954, terreno medindo 50x200, no Taboleiro do Martins, em Maceió, adquirido por Cr\$ 20.000,00 do Dr. José Afonso de Melo (cartório Gastão Machado);

3) — Em 3 de dezembro de 1954, prédio à Avenida Dr. Antonio Gouveia, n. 689, no bairro de Pajussara, em Maceió, adquirido do sr. Jorge Barros, por permuta pelos apartamentos 607 e 608 do Edifício Irará, avaliados em Cr\$ 500.000,00, havendo eu assumido a dívida hipotecária que onerava o imóvel no total de Cr\$ 216.000,00; pago Cr\$ 200.000,00 à vista, e ficado de pagar ao vendedor, em fevereiro de 1956, Cr\$ 136.000,00 (cartório Manoel Eustáquio Filho). E mais três pequenos terrenos, com um total de cêrca de doze metros de frente, ao lado e nos fundos do em que se acha construído êsse prédio, adquiridos dos srs. Jucundino Conde Filho, Juvencio Lessa e desembargador Augusto Galvão pelo preço total de Cr\$ 65.000,00 (escrituras no cartório Manoel Eustáquio Filho, passadas respectivamente em 26-11-54, 27-11-54 e 4-12-54).

O terreno do Farol, acima citado, eu o adquiri, aliás por preço elevado para a época, a fim de nêle construir uma casa de campo. Decidi depois construir dita casa em local mais distante de Maceió, no Taboleiro do Martins, razão por que possuo hoje também êsse outro terreno, por sinal que em zona onde ainda agora o Estado dispõe de áreas para dá-las em aforamento.

O prédio n. 689 da Avenida Dr. Antonio Gouveia, com os três terrenos que lhe ficam ao lado e nos fundos, vai servir-me de residência em Maceió.

O QUE VENDEU

Depois de assumir o Governo, vendi os seguintes bens:

1) — Em 27 de novembro de 1952, o apartamento n. 605 do Edifício Irará, à rua Barata Ribeiro n. 668, em Copacabana, no Rio, ao sr. Gilberto Luiz Ferreira Filho, residente no Rio, por Cr\$ 220.000,00;

2) — Em abril de 1953, 207 ações do Laboratório Sacipa, S. A. Comércio e Importação de Produtos Americanos, do Rio, por Cr\$ 414.000,00;

3) — Em 3 de dezembro de 1954, os apartamentos 607 e 608 do Edifício Irará, por permuta com a casa do sr. Jorge Barros, em Maceió.

A venda do apartamento 605 foi feita pela Imobiliária Cívia, minha procuradora, creio que a um de seus advogados.

As ações do Laboratório Sacipa foram vendidas porque todos os seus acionistas decidiram negociá-lo com a firma Sharp & Dome, dos Estados Unidos. Tendo adquirido tais títulos a convite do Dr. Dario de Almeida Magalhães, que, como acionista da Sacipa, concordara com a sua venda, não poderia eu constituir uma exceção, tomando atitude diferente da dos demais acionistas.

E ressalte-se que nada vendi em Alagoas nem a conterráneos meus ou pessoas por qualquer forma ligadas ao nosso Estado.

PROCURAÇÃO AO ACUSADOR

Outorgo, nesta oportunidade, procuração irrevogável ao meu acusador ou a quem quer que seja, para apropriar-se de todos os bens em imóveis ou títulos que eu, minha mulher ou os meus filhos tenhamos adquirido depois de 1950 até esta data, em Alagoas, no Rio ou em qualquer parte do Brasil ou do mundo, além dos indicados acima, e afora o prédio da rua Dona Mariana, no Rio, cuja escritura ainda não me foi outorgada, e sôbre o qual falarei adiante.

Quanto a Bancos, devo atualmente bem mais do que devia

quando assumi o Govêrno de Alagoas, sem que a minha renda mensal tenha hoje, com a desvalorização do dinheiro, a mesma capacidade aquisitiva. Posso calcular que depois de haver assumido o Govêrno, em quatro anos, contei com uma renda de locação de imóveis de cêrca de seis milhões de cruzeiros, a qual, somada ao produto da venda dos bens citados e aos empréstimos que fiz, atinge a importância de mais de dez milhões de cruzeiros, despendida por mim, do meu patrimônio particular, no decorrer dêsse tempo. Tendo, em vinte um anos de residência no Rio, trabalhado intensamente, pude conseguir uma situação que me permitiu arcar com êsses prejuizos para servir a Alagoas. Dentro de um ano, ao deixar o Govêrno do Estado, tenciono voltar a trabalhar no Rio para refazer a minha vida, e, sem qualquer interêsse pessoal, poder continuar lutando pelo engrandecimento da nossa terra e o bem estar do nosso povo.

Dou, por fim, ao meu acusador autorização para conferir, nas repartições competentes, na Prefeitura ou na Diretoria do Imposto de Renda, a veracidade dessas minhas declarações.

Vê-se por aí que eu não era, em 1950, nem o "riquíssimo" do General Góis, nem o "pobre" do ex-Senador Ismar. E muito menos precisava roubar para ter dinheiro.

JEEPS

Ex-Senador — "Sr. Presidente, depois de todos êsses casos outros escandalos se verificaram relacionados com as acusações que fazem ao Governador do Estado. O próprio Diretor da Comissão de Estradas de Rodagem pediu demissão, porque não queria, com o seu nome honrado, pagar com dinheiro do Banco do Brasil a compra de jeeps feita pelo Estado para o último pleito aí realizado. Diante do exposto fica provado o que afirmo e afirmei na minha entrevista."

Resposta — Não foi êsse o motivo pelo qual o Diretor da Comissão de Estradas de Rodagem pediu demissão. Os jeeps foram adquiridos com dinheiro de verbas do Estado devidas

à C. E. R., e não com dinheiro do Banco do Brasil, e dêles a C. E. R. necessitava para atender ao aumento dos seus serviços em virtude de novos contratos de terraplenagem e pavimentação de rodovias recém-feitos com três firmas de S. Paulo, Rio e Paraíba, além do já existente com outra firma do Rio.

EDIFÍCIO RIO LARGO

Ex-Senador — “Não é, Sr. Presidente, segredo para ninguém que o Sr. Governador do Estado é dono, depois que assumiu o Governo, de uma parte do rico e majestoso Edifício Rio Largo, no Rio.”

Resposta — Durante toda campanha meu acusador e companheiros seus afirmaram que o Edifício Rio Largo era de minha propriedade, e que eu o construira com dinheiro de Alagoas. Pela imprensa e Rádio, foram êles convidados a provar que o Edifício Rio Largo houvera sido em qualquer tempo ou era de minha propriedade. Não fizeram a prova, e agora o meu acusador repete a afirmação, reduzindo, porém, minha propriedade a apenas parte “do rico e magestoso Edifício Rio Largo”, que eu mesmo não sei se é rico e magestoço.

O que há sobre o assunto é o seguinte: a Imobiliária Norte Sul, Ltda., — de que fui fundador em 1938 — juntamente com outra companhia imobiliária do Rio, incorporou em 1952 o referido Edifício, que, anunciado, foi logo quase todo vendido há mais de dois anos atrás, e depois construído com dinheiro obtido de financiamento feito pelo sr. Mário Almeida e do recebimento da parte não financiada devida pelos seus numerosos condôminos. Não possuo nesse Edifício qualquer apartamento.

CASA DA RUA DONA MARIANA

Ex-Senador — “Há um mês, chegando de Alagoas, nesse mesmo dia compareceu a um leilão e arrematou, para pagamento à vista — porque pagamento dentro de três meses é considerado à vista — bela vivenda no valor de Cr\$ 6.800.000,00, situada à rua Dona Mariana, nesta Capital”.

Resposta — Estranha o ex-Senador que eu haja adquirido uma casa para morar. No entanto, já em 1940 eu contratava a compra, no Rio, por Cr\$ 220.000,00, de um apartamento no Edifício Paraguassú, à rua Domingos Ferreira, em Copacabana; em 1946 vendia por Cr\$ 650.000,00 a casa em que residi á rua Pereira da Silva n. 140, em Laranjeiras; e em julho de 1942 contratava a compra, na Esplanada do Castelo, por sete milhões e tresentos mil cruzeiros, da loja e de nove andares do Edifício Saturnino de Brito, de propriedade do Dr. Francisco Saturnino de Brito Filho, dando-lhe de sinal um milhão de cruzeiros.

Façam-se os calculos, considerando-se através desses anos a desvalorização do dinheiro, em virtude da inflação, e logo se verificará que quem podia fazer tais aquisições já há tanto tempo, pode perfeitamente adquirir hoje uma casa de residência para morar.

Sucedede, porém, que, assumindo o Govêrno de Alagoas, não cuidei dos meus interêsses pessoais, mas única e exclusivamente de trabalhar dia e noite pelo povo da minha terra. Assim, não aumentei os meus haveres, pois não sòmente vendí os bens citados, como consumi a minha renda mensal e ainda mais me endividei nos Bancos. Nestas condições, para adquirir a casa da rua Dona Mariana, tive de autorizar os meus corretores, no Rio, a venderem imóveis de minha propriedade na importância de dez milhões de cruzeiros.

Não sei, realmente, como se surpreende tanto com o fato o ex-Senador, a ponto de achar que um homem de Govêrno precise roubar a fim de adquirir um imóvel para residir. Não possui ele, acusador, a sua casa própria, que é provavel valer mais de um milhão de cruzeiros, e não é ele, acusador, co-proprietário de uma Usina de Açucar em Alagoas, embora tendo vivido sempre dos seus vencimentos e subsídios e jamais se havendo dedicado ao comércio, como eu por mais de dez anos?

O JOGO

Ex-Senador — “E ninguém ignora que tudo isso foi conseguido à custa de barato do jôgo que campeia no meu Estado.”

Resposta — Não é possível que alguém, de bom senso e que me conheça, me julgue capaz de locupletar-me com dinheiro de jôgo. Temos eu e minha família uma vida modesta, e ainda assim, nestes quatro anos, consumi as minhas rendas, vendi imóveis e títulos de minha propriedade e me endividei mais nos Bancos. Onde, então, o dinheiro do jôgo, se o imóvel que estou adquirindo, à rua Dona Mariana, no Rio, citado pelo meu acusador, vai ser pago com dinheiro da venda de outros imóveis?

Com tal afirmação, aliás, demonstra o meu agressor falta de memória e de auto-crítica. Recordo que, ao assumir o Governo, fui procurado pelo ex-Senador Ismar para pedir-me permitisse que o jôgo, que era franco em Alagoas ao tempo do Governo dêle e do seu irmão Silvestre Péricles, fôsse bancado por um seu amigo, Sr. Geraldo Calazans. Expliquei-lhe que tencionava combater o jôgo, embora considerasse as dificuldades disso. E lancei-me a uma campanha das mais duras, a ponto de ser atacado na Assembléia Legislativa por amigos do ex-Senador, que, desejando enfraquecer a minha ação nêsse sentido, se vangloriavam de jogar nas suas próprias residências.

Quando o meu acusador assumiu o Governo, ao tempo da Ditadura, a renda do jôgo, então livre, era recolhida ao Tesouro sob a rubrica de jogos e diversões, recolhimento abolido depois, com o Governo constitucional. Essa renda, em seis anos, produziu o seguinte, de acôrdo com os dados fornecidos pela Secretaria da Fazenda e constantes do relatório apresentado em 15 de outubro de 1945 ao ex-Senador Ismar, então Interventor do Estado, pelo Diretor Geral do Departamento do Serviço Público:

1939	981.686,40
1940	1.076.833,30
1941	992.503,40
1942	469.231,00
1943	151.231,00
1944	200.522,50

Vê-se que no Govêrno anterior ao do ex-Senador, tão caluniado por êle, a arrecadação do impôsto sobre jogos aumentava de ano para ano. Entretanto, desde que, em começos de 1941, assumiu a Interventoria o meu acusador, a renda logo começou a cair, e chegou a cair de Cr\$ 1.076.833,30 para Cr\$. . 151.231,00.

Não poderia o ex-Senador explicar êsse fato antes de aventurar-se a acusações tão caluniosas?

CONCLUINDO

A colera que desperto no meu acusador não evidencia apenas a maldade do seu coração, tão bem conhecida dos meus conterrâneos, porque sobretudo demonstra que acertei no ponto mais doloroso da sua sensibilidade: fui útil a Alagoas, antes humilhada pela violência e pelo atrazo. Pode, aliás, o ex-Senador dizer tudo contra mim, mas não conseguirá nunca reduzir o meu empenho de trabalhar pela minha terra.

Entristece-me, como alagoano, que um Senador dêste Estado haja utilizado tão mal a tribuna do Senado. Conforta-me, entretanto, que a Nação saiba que ele não tem o apôio do nosso povo, como bem demonstrou o resultado do pleitô de 3 de outubro último.

Devo parar aqui. Já vai bem longa esta resposta. Em conjuntura tão difficil da vida nacional, é realmente lastimável perder tempo em destruir infâmias. Mas não pode o homem público ficar alheio a calúnia dita da mais alta Casa do Congresso Nacional, pois, ao esmagá-la, presta de qualquer modo um serviço à vida política, tanto o povo precisa ser esclarecido sôbre as palavras e as ações dos seus mandatários, dos que apenas gratuitamente difamam, sem razão e sem nada de útil produzir em beneficio da comunidade, e dos que são difamados, como no meu caso, sômente porque, indiferentes às provocações e aos aleives, serviram ao seu povo e à sua terra.

Cordialmente,

ARNON DE MELLO

